

## A AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO MUNICÍPIO DE MATOS COSTA-SC

*Family agriculture and socio-economic development in Matos Costa-SC*

*Agricultura familiar y desarrollo socioeconómico de Matos Costa-SC*

Cristiane Paes de Camargo<sup>1</sup>

**Recebido em:** dezembro de 2018

**Aceito e publicado em:** dezembro de 2019

**Resumo:** O presente artigo busca evidenciar o desenvolvimento do município de Matos Costa, sendo este parte do território da Guerra do Contestado, e como a agricultura familiar desenvolvida nos assentamentos do MST tem contribuído para o seu desenvolvimento socioeconômico. Para tanto, apresentamos os dados publicados em sites de estatísticas oficiais e as observações realizadas em visita técnica ao município com o programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina – UEL.

**Palavras-chave:** Contestado. Desenvolvimento. Agricultura Familiar.

**Abstract:** *Or present article seeks evidence or development of municipality of Matos Costa, being this part of the territory of the Contestado War, e as to family agriculture developed settlement do MST, tem contributed to or socio-economic development do same. For this purpose, we publish the date published in official statistics sites and the observations made in the technical visit to the municipality as well as the postgraduate program of the State University of Londrina - UEL.*

**Keywords:** *Contestado; Development; Family farming.*

<sup>1</sup>Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR. Mestranda pela Universidade Estadual de Londrina - UEL programa de pós graduação em Serviço Social e Políticas Sociais.

**RESUMEN:** *O presente el artículo busca mostrar o desarrollo do município de Matos Costa, sendo este parte do território da Guerra do Contestado, y como agricultura familiar desarrollado nos asentamientos do MST, tem contrivido para el desarrollo mismo socioeconómico. Para tanto, presentamos los sitios publicados en las estadísticas estatutarias y como observaciones realizado en la visita al município con el programa de graduación de la Universidad Estadual de Londrina – UEL.*

**Palabras-clave:** *Contestado; Desarrollo; Agricultura familiar.*

---

## INTRODUÇÃO

No presente artigo, partimos do contexto da Guerra do Contestado ocorrida nos anos de 1912 a 1916 entre os estados de Santa Catarina e Paraná, numa disputa pelo território geográfico e por fatores econômicos ligados à exploração da erva-mate e da madeira. Esse conflito, segundo o professor Nilson Fraga<sup>2</sup>, dizimou toda uma comunidade cabocla que habitava nessa região através dos embates entre a população que resistia em entregar suas terras cedidas pelo Estado à Companhia de Ferro, o que culminou no maior extermínio de uma população que se viu em território nacional, efetuado pelo próprio Estado.

É a partir desse cenário que analisaremos o processo de desenvolvimento social de um dos municípios que compõem o território da Guerra do Contestado, mais precisamente o município de Matos Costa, em Santa Catarina, que apresenta bons índices de desenvolvimento em comparação aos demais municípios das terras contestadas.

Para tanto, partimos da concepção de território trabalhada por Milton Santos na constituição do espaço geográfico e social. Nesse sentido, o território abordado neste trabalho mantém suas peculiaridades e suas ruguras históricas positivas ou negativas do ponto de vista crítico social. A historicidade desse território foi construída em volta às grandes mudanças ou episódios, no caso a Guerra do Contestado, que marcou determinado período e demarcou, a partir desse ponto, suas determinações futuras, unindo esse lugar através da dor e da necessidade de superação de todos os seus sobreviventes.

---

<sup>2</sup>Pesquisador do CNPQ. Professor do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina. Coordenador do Laboratório de Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflito - GEOTMAC/UEL, desde 2011 e Coordenador do Observatório da Região e da Guerra do Contestado - ORGC/UEL, desde 2011. Estuda as guerras da formação territorial paranaense desde 2011, com ênfase para a Guerra do Contestado, Guerra de Porecatu, Levantes dos Posseiros do Sudoeste do Paraná e Chacina de Pitanga. Pesquisador da Região e da Guerra do Contestado, desde 1994. Desenvolve projeto de pesquisa de extensão universitária na Região da Guerra do Contestado desde 2008, com destaque para os municípios de Lebon Régis, Timbó Grande, Matos Costa, Calmon, Porto União, União da Vitória e General Carneiro. Informações coletadas do Lattes.

É nesse território, sobre todas as marcas duríssimas do passado, que se construíram novas formas de se relacionar e viver. São evidentes, através de dados oficiais, as dificuldades socioeconômicas que esses municípios enfrentam. Todavia, o município de Matos Costa, que fora praticamente dizimado durante a Guerra tendo sua cidade incendiada, através da utilização da agricultura familiar desenvolvida prioritariamente nos assentamentos do Movimento dos Sem Terra (MST), tem alcançado índices positivos de desenvolvimento nos últimos anos, o que pretendemos evidenciar posteriormente.

## **A GUERRA DO CONTESTADO E SUAS IMPLICAÇÕES**

Segundo os estudos do Professor Nilson Fraga (2015), os conflitos pelo território do Contestado se iniciaram ainda no Brasil colônia durante a separação do Tratado de Tordesilhas, quando Portugal se recusava a abrir mão do que hoje são os estados do Paraná e Santa Catarina. Essa disputa, em parte, tem fim com o Tratado de Madrid (1750), mas outras questões internas mantiveram esse conflito durante outros períodos históricos, como na ocasião da separação do Paraná do estado de São Paulo e sua demarcação de fronteiras. É nesse período que os embates com Santa Catarina se acentuam, Santa Catarina vence a disputa pela divisão das terras contestadas pelo Paraná no Supremo Tribunal Federal consecutivamente, porém isso não impede que o conflito pelo território se inicie.

Nesse interim, a construção das ferrovias que cortavam os estados do Sul até o Centro Leste do País, com a finalidade de escoamento da extração de madeira com mais agilidade, foi crucial para o desenrolar dessas revoltas, pois fora concedido pelo Estado brasileiro o direito de terras por onde passava a estrada férrea às companhias ferroviárias de dimensões estrondosas, como afirma Maurício Vinhas de Queiros in Fraga (2015). Além disso, a desapropriação dessas terras pelo Estado em prol das companhias férreas estrangeiras geraram inúmeros embates com a população cabocla que habitava nessas regiões.

Após vários conflitos entre essa população e a companhia férrea Lumber, além do apoio midiático de criminalização do povo caboclo, o exército passou a intervir no sentido de garantir a desapropriação das terras e manter a ordem, o que levaria no final da Guerra a um verdadeiro massacre da população cabocla.

Há de se considerar, nesse movimento, os fatores religiosos presentes na crença do povo caboclo e de sua influência na resistência em entregar suas terras. Segundo Fraga (2015), houve um misto de relações econômicas, políticas e religiosas envoltas nesse conflito no Contestado,

mas o ponto marcante dessa revolta é, sem dúvida, a necessidade e o desejo do povo que habitava esse território cedido às companhias ferroviárias em manter suas terras e seus costumes.

Nesse embate, que toma corpo durante os quatro anos de conflito, a população cabocla fora exterminada pelo exército, pouco restando de sua cultura e crença. Outras comunidades foram construídas em cima dessas áreas, compostas por imigrantes, dentre eles alguns que acompanharam os conflitos e outros que chegaram após a derrota do povo caboclo.

Nesse sentido, Fraga afirma que

No dia 20 de outubro de 1916, no Palácio do Catete, Rio de Janeiro, em ato solene, foi assinado o “Acordo de Limites” pelos governadores de Santa Catarina (Felipe Shimidt) e do Paraná (Affonso Camargo), e pelo presidente da República Wenceslau Braz, colocando, enfim, “ponto final” sobre os limites entre os estados litigantes (Luz, 1952). Porém, no que concerne à repercussão da Guerra do Contestado sobre espaço agrário regional, faz-se importante lembrar que o ano de 1917 é tido historicamente como o ano de “limpeza” das terras que estavam sob domínio da Lumber e dos coronéis. (FRAGA, 2015, p. 149)

Durante o período de Guerra, a figura do caboclo foi por toda imprensa nacional criminalizada sob adjetivos de fanáticos religiosos e rebeldes. Conforme Fraga (2015), essa limpeza étnica foi realizada com o intuito de repovoamento dessa região, objetivando acabar com todos os resquícios da cultura e do povo caboclo.

A reconstrução desse território se deu, então, com os poucos costumes deixados aos imigrantes que tiveram contato com os caboclos, misturando-se com o que traziam de suas origens. “O território outrora contestado passou a ser rapidamente ocupado por milhares de migrantes europeus e excedentes das colônias do Rio Grande do Sul, ocupando as terras de posse dos caboclos, sob domínio e direito de colonização, da Cia. Lumber.” (FRAGA, 2015, p. 150)

É nesse sentido que falamos do Contestado enquanto um território que não poderia de outra forma se constituir senão pelo produto dos atores sociais que o forma e pelo processo histórico que se apresenta. São esses atores que reconstruíram esse território partindo da realidade inicial dada: o final da guerra e o extermínio de um povo. Há, portanto um processo de territorialização no qual se manifestam todas as espécies de relações de poder e domínio sob a formação sócio histórica nessa região, e é desse ponto que partimos para analisar o processo de desenvolvimento do município de Matos Costa após o conflito da Guerra do Contestado.

O projeto da Universidade Estadual de Londrina encabeçado pelo professor Nilson Fraga em terras contestadas desde 2008 tem como objetivo resgatar a cultura cabocla e desmistificar a imagem negativa de seus líderes na Guerra do Contestado, elucidando os reais motivos que

levaram esse povo à luta. É a partir do reconhecimento dessa descendência histórica e cultural que os municípios têm trabalhado em parceria com a Universidade, buscando mudar a imagem negativa da rebeldia da população cabocla que lutava pelas suas terras.

## **Matos Costa**

A colonização de Matos Costa, segundo os dados históricos de sua prefeitura municipal, iniciou-se com os imigrantes caboclos vindos de Porto Amazonas, no Paraná, que deram ao lugar o nome de São João dos Pobres. Com a construção da estrada de ferro em 1908, essa migração foi facilitada, e a Lei nº 3 de 15 de setembro em 1917 reconhece São João dos Pobres como distrito de Porto União. E com o Decreto de Lei Estadual nº 238 de 01 de dezembro de 1938, o ainda distrito São João passa a se chamar Matos Costa em homenagem ao Capitão João Teixeira de Matos Costa, morto durante a Guerra do Contestado.

Em 23 de abril de 1962, o distrito de Matos Costa se emancipa de Porto União e é elevado a município pela Lei Estadual nº 819 de 23 abril de 1962. Por essa lei, até o ano de 1992 o município de Calmon era distrito de Matos Costa, sendo desmembrado em 09 de janeiro de 1992 pela Lei nº 8.525.

Matos Costa está localizado em Santa Catarina, na mesorregião oeste catarinense e na microrregião de Joaçaba, com uma área da extensão de 433.073 km. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2010 o município tinha 2839 habitantes e em 2015, 2690 habitantes, o que demonstra uma taxa de crescimento populacional negativa.

Nosso foco é observar o desenvolvimento do município de Matos Costa através de dados estatísticos oficiais e da visita técnica realizada nos municípios que compõem o território da Guerra do Contestado (Calmon, Lemon Régis, Caçador, Timbó Grande e Matos Costa), realizada em julho de 2018, na qual foi observado um diferencial no município em questão e que se tornou objeto de pesquisa para este artigo.

Sobre seu desenvolvimento, notou-se que entre todos os municípios visitados, Matos Costa demonstrou algumas particularidades que consideramos ter garantido seu crescimento socioeconômico visível observado enquanto estávamos em visita ao local.

Podemos demonstrar, conforme evidenciam os gráficos, um crescimento do município em comparação ao Estado de Santa Catarina e os índices brasileiros.

**Gráfico 1 - Evolução acumulada do PIB a preços correntes, segundo Brasil, Santa Catarina e Matos Costa no período de 2002 a 2006.**



**Fonte:** SEBRAE/SC. Disponível em <http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/Matos-Costa.pdf>

**Gráfico 2 - Evolução acumulada do PIB per capita, segundo Brasil, Santa Catarina e Matos Costa, de 2002 a 2006.**



**Fonte:** SEBRAE/SC. Disponível em <http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/Matos-Costa.pdf>

Como demonstram os gráficos acima, o município apresentou nos anos em destaque uma taxa de crescimento positiva e superior ao estado e ao país. Na ocasião da visita técnica ao município, constatamos que, mesmo durante o período de crise econômica no cenário nacional, ele ainda apresentava sinais de crescimento socioeconômico.

Observamos, nestes primeiros anos que estamos demonstrando até o período de 2010, que houve um crescimento na área de serviços conforme expectativa nacional do período, como demonstra o gráfico do SENAC/SC.

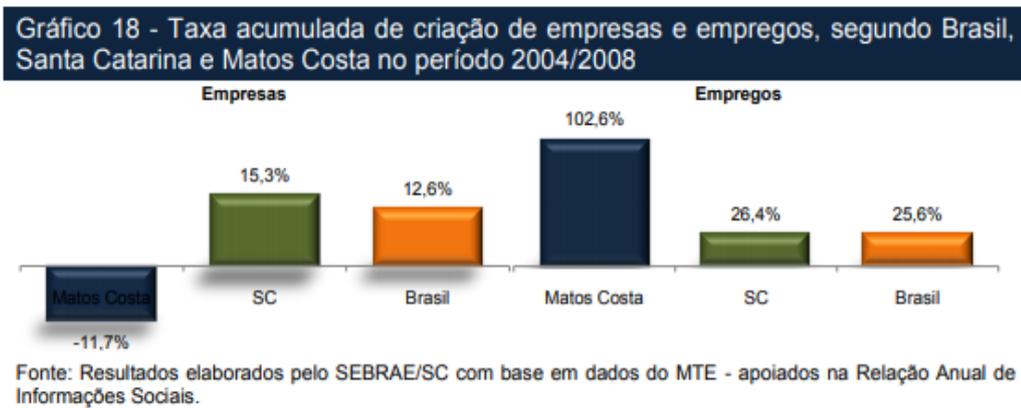
**Gráfico 3 - Composição do valor adicionado bruto em Matos Costa**



**Fonte:** SEBRAE/SC. Disponível em <http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/Matos-Costa.pdf>

Esse gráfico demonstra as fontes econômicas do município que corroboram com as falas coletadas durante a visita técnica, que evidenciavam poucos postos de empregos na indústria, tendo na área urbana a administração pública como maior empregador fixo.

**Gráfico 4 - Taxa acumulada de criação de empresas e empregos, segundo Brasil, Santa Catarina e Matos Costa**



**Fonte:** SEBRAE/SC. Disponível em <http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/Matos-Costa.pdf>

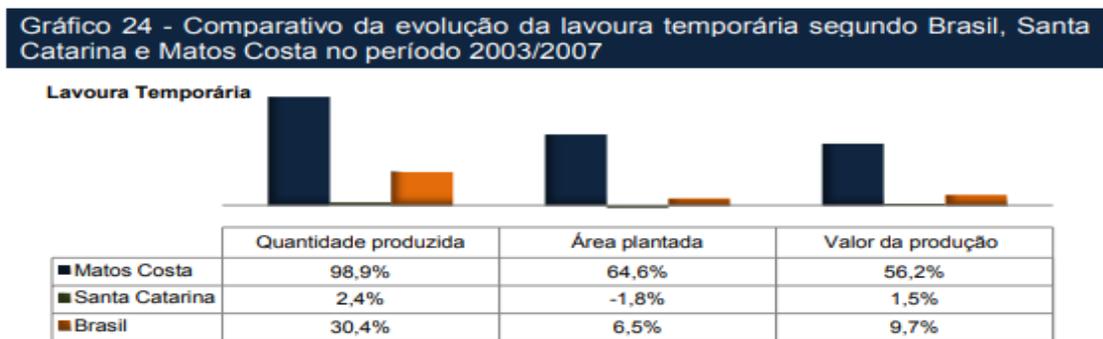
Nesses gráficos, evidencia-se um aumento nos postos de empregos, mas não um crescimento da indústria no município, pelo contrário. Esse índice se apresenta negativo, porém há um índice positivo no setor de serviços, o que nos levou a questionar qual era a fonte de sustentação para o crescimento nesse setor.

Na visita, o então Prefeito municipal Raul Ribas Neto nos relatou que há em torno de 100 postos de trabalho na indústria no município, e que os demais postos de emprego estão entre

a oferta de serviços e a rede pública municipal, como já evidenciamos nos gráficos, somados aos benefícios de origem previdenciária que sustentam essa base. Nosso questionamento, em seguida, foi entender qual a área econômica que poderia garantir a esse município seu desenvolvimento positivo, principalmente entre 2010 e 2018, em que o país passava por um momento de ressecção.

Nesse momento, durante a visita, tivemos contato com alguns líderes de assentamento do Movimento do MST, que, ao todo, somam seis (6) assentamentos na pequena região de Matos Costa. Ficou evidente que o município conta com uma grande participação em sua economia da agricultura familiar desenvolvida pelos assentamentos do MST e que mantém uma estreita relação de apoio a esses assentamentos, o que tem refletido positivamente nos seus índices de desenvolvimento econômico.

**Gráfico 5 - Comparativo de evolução da lavoura temporária no Brasil, Santa Catarina e Matos Costa.**



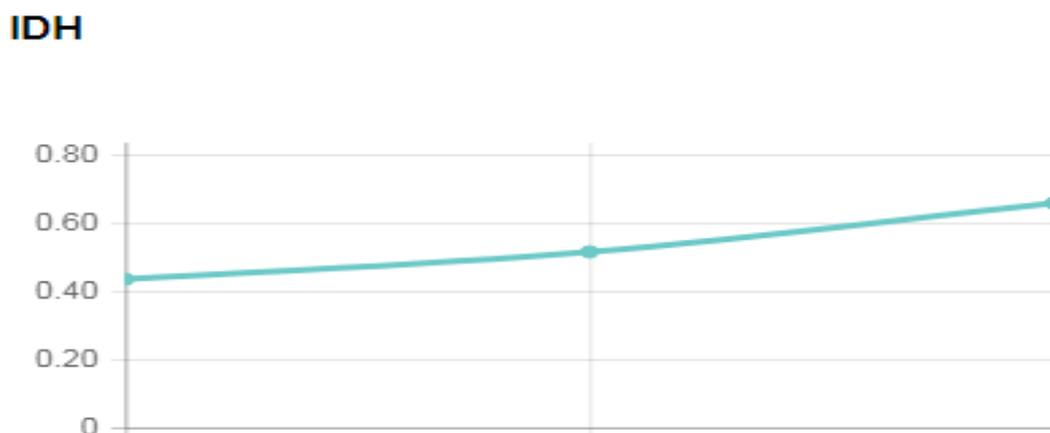
Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal.

**Fonte:** SEBRAE/SC. Disponível em <http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/Matos-Costa.pdf>

Segundo os dados apresentados pelo SEBRAE/SC e pelo Plano de Desenvolvimento do Norte Catarinense de 2006, a lavoura temporária é desenvolvida basicamente pela agricultura familiar, sendo ela, também, a principal responsável pela preservação de Mata Mista de Araucária na região.

Outros fatores nos chamaram a atenção no município de Matos Costa, referentes ao seu desenvolvimento socioeconômico. Como por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH em crescimento, principalmente pelo fato dos municípios que compõem o território de conflito do Contestado apresentarem índices baixíssimos de IDH. Vejamos os demonstrativos a seguir.

**Gráfico 6 - Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de Matos Costa série histórica até o ano de 2010.**



**Fonte:** IBGE, Índice de Desenvolvimento Humano IDH, série histórica até o ano de 2010.

Além desse gráfico disponível na página do IBGE, que expõe um crescimento nos níveis de desenvolvimento humano, outros dados que sustentam essa afirmação são os índices de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM. O IDHM varia de 0 a 1, e quanto mais próximo de 0 indica um índice ruim, e quanto mais próximo de 1 indica um índice melhor em relação ao desenvolvimento humano do município. O IDHM considera indicadores de saúde, renda e educação, apontados através do levantamento de dados por município pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil de 2013, utilizando os dados do Censo Demográfico de 1991, 2000 e 2010, divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Ampliada – IPEA e a Fundação João Pinheiro – FJP, os quais evidenciam um desenvolvimento considerável para essa região.

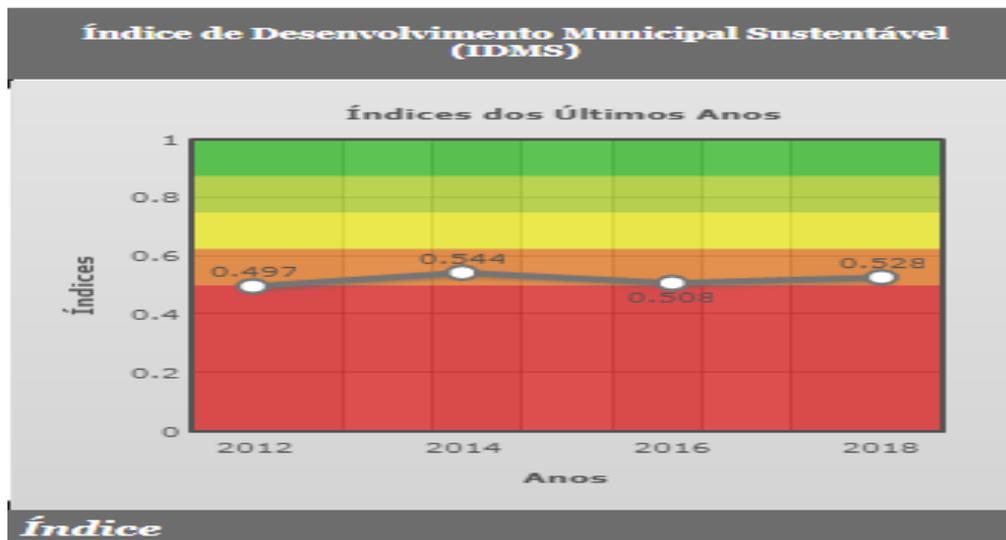
**Gráfico 7 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M de Matos Costa**



**Fonte:** IDHM, disponível em [www.deepask.com](http://www.deepask.com)

Ainda no Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável, há uma linha histórica de crescimento, com uma pequena queda após 2014, mas com uma recuperação até o ano de 2018.

**Gráfico 8 - Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável.**



**Fonte:** Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável, disponível em <https://indicadores.fecam.org.br/indice/estadual/ano/2018>

Conforme já salientamos, a linha de produção econômica que tem garantido o crescimento econômico do município de Matos Costa é a agricultura familiar desenvolvida majoritariamente pelos assentamentos do MST. E como estratégia para o desenvolvimento dos assentamentos através da organização dos agricultores formou-se a primeira cooperativa para fortalecimento da agricultura familiar em 2015, com intuito de fortalecimento da produção e escoamento do produto.

O cooperativismo foi uma opção viável para a agricultura familiar em Matos Costa, que ocorreu através da organização dos agricultores com o apoio do Programa SC Rural, criando, em agosto de 2015, a Cooperativa do Fortalecimento da Agricultura Familiar, sendo os primeiros objetivos dos cooperados, conforme informações do Programa SC Rural, a melhoria da rentabilidade das atividades, a compra de insumos e a comercialização dos seus produtos.

## **O COOPERATIVISMO COMO FORMA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Thomaz (2010), em sua dissertação de mestrado que estuda o modelo de cooperativa de produção agropecuária, expõe em um de seus marcos teóricos o desenvolvimento do capitalismo de maneiras desiguais, criando e recriando relações de produção próprias para seu desenvolvimento, utilizando-se, inclusive, das relações de produção não capitalistas, como o caso do campesinato.

Pelo exposto entende-se que como o processo de produção do capital não é realizado através das relações tipicamente capitalistas, abre-se a possibilidade no interior desse modo de produção, da existência do campesinato. Assim o processo que está em marcha é a subordinação da renda da terra ao capital, renda esta que deveria ser auferida pelo camponês, mas que passa para o poder do capital, sem que o camponês tenha sido expropriado da terra. Alias esse processo somente pôde ocorrer porque o camponês permaneceu na terra. (THOMAZ, 2010, p. 24)

Thomaz ainda evidencia os primeiros passos do Movimento MST em janeiro de 1984 no município de Cascavel, Paraná, e as primeiras ocupações de terra ocorridas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul,

[...] resultante da intensificação da questão agrária oriunda do período militar, que implantou um modelo de desenvolvimento da agropecuária que privilegiou a agricultura capitalista. Esse modelo resultou na mercantilização da agricultura e na desterritorialização de grande parte do campesinato devido ao aumento da concentração fundiária.” ( THOMAZ, 2010, p. 55)

O movimento do MST encontrou várias formas de resistência nas ocupações de terra por todo o país, inclusive e, principalmente, armada. Seu processo de amadurecimento interno e de fortalecimento do movimento trouxe à existência a estratégia do cooperativismo agrícola como forma de sustentabilidade.

Os proprietários de terra e as forças conservadoras, através da UDR (União Democrática Ruralista), fundada em 1985 investiram inclusive com meios violentos no fracasso da luta política do MST e da Reforma Agrária. Defendiam a inviabilidade dos assentamentos rurais, afirmando que estes eram verdadeiras favelas rurais. Neste contexto, o MST adota uma nova palavra de ordem: ocupar, resistir e produzir, resultante do amadurecimento

das experiências de luta. A preocupação, daí em diante, não seria somente a conquista da terra, mas também organizar a produção, como prova da viabilidade econômica dos assentamentos e da reforma agrária. Resultante das experiências surge a proposta de organizar a produção através da cooperação agrícola nos assentamentos (FABRINI, 2003 apud THOMAZ, 2010, p. 55)

As cooperativas foram a estratégia de resistência e sustentação dos assentamentos do movimento do MST, e que no município de Matos Costa e demais circunvizinhanças foi incorporada às práticas e fortalecimento da agricultura familiar. Como evidencia o autor, há várias razões para o MST estimular as cooperativas.

Entre as razões econômicas estão o aumento da capacidade de obter crédito para aquisição de bens necessários à produção, através da reunião coletiva dos meios de produção pertencentes a cada família: o aumento da produtividade devido à divisão do trabalho e a racionalização do uso de máquinas e insumos: o maior aproveitamento dos recursos naturais, com o melhor aproveitamento das potencialidades do solo e do clima de região e, por fim, o desenvolvimento da agroindústria com a agregação de mais valor à matéria-prima produzida no assentamento através do uso da mão-de-obra liberada pela divisão do trabalho. Entre as razões sociais estão o maior acesso à infra-estrutura como estradas, água e energia elétrica e a facilitação à educação e ao transporte coletivo, possibilitado pela construção das casas em agrovilas. Entre as razões políticas está a vinculação da luta dos assentados às suas necessidades imediatas, e às lutas gerais pela transformação estrutural da sociedade, ou seja, trabalhando em cooperação, os camponeses percebem-se como uma força que pode somar-se às demais e ajudar na construção de uma sociedade mais justa. ( THOMAZ, 2010, p. 60)

A experiência bem sucedida das cooperativas no MST, já comprovada, a questão da quantidade considerável de assentamentos no município de Matos Costa e a formação da cooperativa para fortalecimento da agricultura familiar são fortes indícios que sustentam nossa afirmação de que a agricultura familiar nos assentamentos do MST em Matos Costa corrobora para seu índice positivo de desenvolvimento socioeconômico.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A região da Guerra do Contestado traz consigo a herança de destruição e o distanciamento do poder público em relação às áreas de desenvolvimento econômico e social por inúmeros fatores, estando alguns desses municípios de Santa Catarina com índices de desenvolvimento humano baixíssimo. O município de Matos Costa está entre esses municípios,

porém vem apresentando nos últimos anos resultados positivos nas áreas econômicas e sociais, conforme apresentamos nos gráficos.

Ainda que a geração de emprego esteja nos cargos públicos e no setor de serviços, a agricultura familiar desempenha um papel fundamental na sustentabilidade da cidade e na movimentação de sua economia, garantindo a efetividade dos postos de empregos criados no setor de serviços.

O estímulo ao fortalecimento dessa modalidade através das cooperativas já foi comprovado como estratégia do próprio movimento do MST e como forma de sustentabilidade do assentamento e do movimento, da mesma forma que pode garantir o desenvolvimento e a sustentabilidade em municípios como Matos Costa, o qual conta com poucas opções de investimentos no setor industrial de produção.

Ressaltamos, então, o fortalecimento do campesinato como uma das formas de desenvolvimento capitalista agrário que pode garantir a sustentabilidade econômica, principalmente dos pequenos municípios, como na experiência bem sucedida em Matos Costa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Disponível em: <[www.pnud.org.br/atlas](http://www.pnud.org.br/atlas)>. Acesso em 02 de agos. de 2018.

DEEPASK. **Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM**, São Paulo, 2013. Disponível em: <[www.deepak.com](http://www.deepak.com)>. Acesso em 05 de agos. de 2018.

FECAM. **Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável, 2018**. Disponível em: <<https://indicadores.fecam.org.br/indice/estual/ano/2018>>. Acesso em 05 de agos de 2018.

FRAGA, N. C. **Vale da Morte: o Contestado visto e sentido "Entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná"**. Blumenau: Hemisfério Sul LTDA, 2015. 02 ed.

SANTA CATARINA. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do planalto norte catarinense**. Canoinhas, 2006. Disponível em: <[www.spg.sc.gov.br/planejamento](http://www.spg.sc.gov.br/planejamento)>. Acesso em 02 de agos. de 2018.

SANTA CATARINA. **Secretaria do Estado e Planejamento. Dados estatísticos municipais**. Disponível em: <[http://www.spg.sc.gov.br/dados\\_munic.php](http://www.spg.sc.gov.br/dados_munic.php)>. Acesso em 05 de agos. de 2018.

SANTA CATARINA. **Secretaria de Estado do Planejamento. Dados estatísticos municipais: Agropecuária**. Disponível em: <[http://www.spg.sc.gov.br/dados\\_munic.php](http://www.spg.sc.gov.br/dados_munic.php)>. Acesso em 05 de agos. de 2018.

SEBRAE, S. C. **Município de Matos Costa. Santa Catarina, 2010.** Disponível em: <[www.sebrae-sc.com.br](http://www.sebrae-sc.com.br)>. Acesso em 02 de agos. de 2018.

THOMAZ, F. **O modelo socialista de produção agropecuária (CPA - MST): contradições e avanços - estudo de caso Copava.** 2010. Dissertação de mestrado em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo USP. São Paulo. Disponível em: <[www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br)>. Acesso em 08 de agos. de 2018.